

VISÃO DO CORREIO

Creche deve ser compromisso público

Quase metade dos municípios brasileiros, 44%, tem fila de espera para matrícula em creches. São mais de 630 mil crianças, com até 4 anos, privadas da vivência em um ambiente que promove o desenvolvimento integral desde a primeira infância. Os dados fazem parte do *Retrato da Educação Infantil no Brasil — Acesso e Disponibilidade de Vagas*, divulgado, na terça-feira, pelo Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Brasil (Gaepe-Brasil) e o Ministério da Educação (MEC). O levantamento feito nos 5.569 municípios e no DF mostra, ainda, que, entre aqueles que não planejam expandir as vagas (35%), 23% mantém cadastrados meninos e meninas que aguardam a oportunidade. Os números revelam, no mínimo, uma desconexão entre as necessidades das famílias e as prioridades de seus representantes, além de um desmerecimento institucionalizado dos benefícios atrelados ao acesso ampliado à educação infantil.

Há de se ressaltar que a educação infantil é competência prioritária dos municípios e, apesar de, no país, a frequência em creche não ser obrigatória, é dever do Poder Público ofertar vagas às famílias que apresentam essa demanda, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e ratificado, em 2022, pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Porém, quando questionados sobre o não planejamento para a expansão de vagas, 11% dos municípios alegam não saber elaborar um plano e 3% dizem não ter tempo hábil para isso. Ou se tratam de argumentos infundados ou de justificativas que revelam um despreparo técnico crítico na condução de uma área estratégica da gestão pública.

Além da quantidade, espera-se equidade nos serviços de educação infantil.

Para o Gaepe-Brasil, é necessário um plano de expansão de vagas de creche para atender toda a demanda existente no país, mas havendo lista de espera, deve-se considerar as desigualdades sociais. Os municípios parecem estar em uma situação menos pior nesse quesito. Dos que adotam critérios para priorização de matrícula (44%), 64% têm como principal aspecto a situação de risco e vulnerabilidade das crianças sem vaga.

Porém, apenas 23% consideram como prioridade o fato de a criança ter mãe solo ou adolescente. É sabido que a presença de meninos e meninas nas creches é essencial para a inserção da mulher no mercado de trabalho de forma promissora. Também é solução para uma realidade comum nos lares carentes do país: crianças cuidando de outras crianças. Além de conflitante com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a prática acaba por ampliar a crise educacional brasileira, já que a criança mais velha, e também a mãe adolescente, tende a ter seu desempenho escolar comprometido por assumir responsabilidades de adultos.

Uma das frentes do governo federal para amenizar o problema está inserida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que prevê a construção de 2,5 mil creches até 2026, sendo o primeiro edital, com 1.178 unidades, contemplando áreas de vulnerabilidade social. Há ainda a promessa de concluir obras paralisadas por meio do Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica. A solução deve passar também pela ruptura de um legado de não compreensão da criança como um ser social de direito — desafio a longo prazo, envolvendo múltiplos atores, incluindo professores — e pela escolha de gestores municipais comprometidos, de fato, com a educação infantil.



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Em nome de Rhuan

Desde o último dia 12, está em vigor na capital do Acre, Rio Branco, uma lei de combate à violência contra crianças e adolescentes que pretende levar aos alunos da rede municipal uma série de ações — como palestras, contação de história, cartilhas, produções artísticas e outras atividades — para conscientizá-los sobre maus-tratos em casa.

Bem informados sobre seus direitos, meninos e meninas vítimas de abusos físicos ou psicológicos saberão que podem buscar ajuda, o que tem potencial de encerrar o ciclo de agressões e, conseqüentemente, evitar casos fatais.

As medidas incluem o treinamento de funcionários, professores e monitores de creches e escolas da rede pública. A iniciativa foi batizada de Programa Rhuan Maycon.

Também no Acre, funciona um outro projeto, instituído pela Defensoria Pública do estado, para fortalecer a rede de proteção. Atua igualmente na prevenção da violência doméstica, além de acolher crianças vitimadas, capacitar profissionais para atendê-las e orientar gestores escolares e pais ou responsáveis. O nome do programa é Rede Humanizada de Apoio a Meninas e Meninos — Rhuamm.

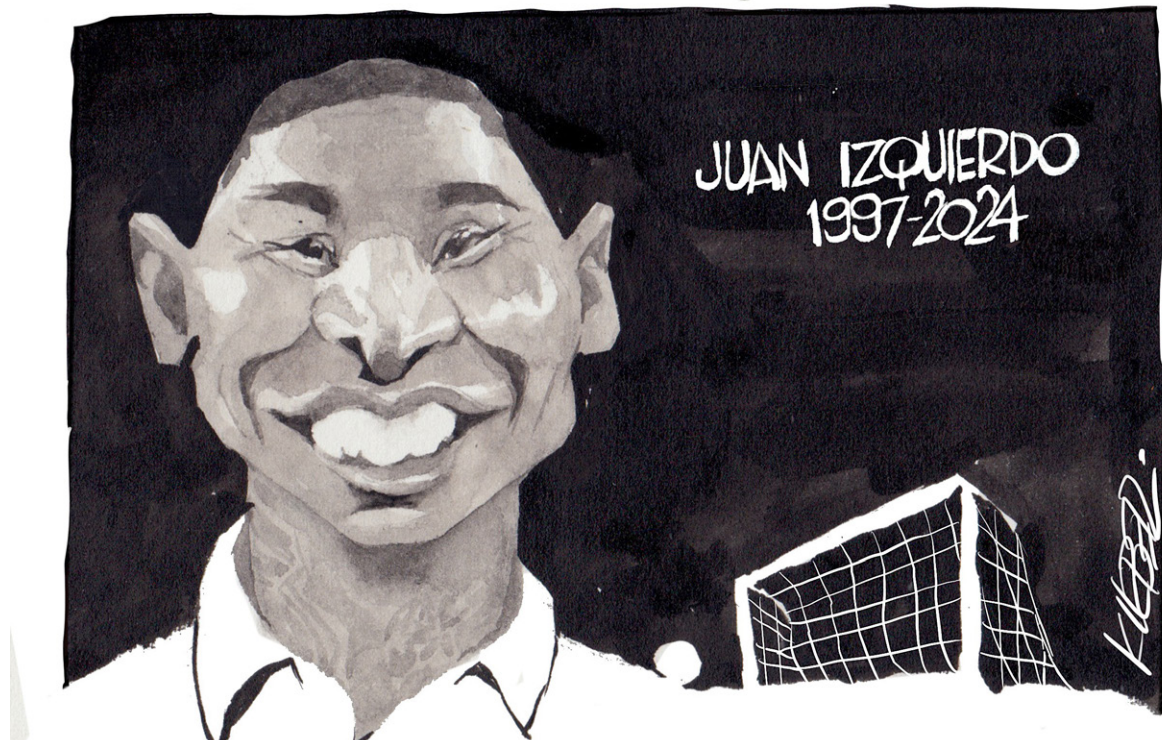
O Acre é o estado onde nasceu Rhuan Maycon, o garotinho de 9 anos brutalmente assassinado pela mãe e pela companheira dela. O crime bárbaro aconteceu em Samambaia em maio de 2019.

Rhuan foi retirado do convívio do

restante da família quando tinha 4 anos. O pai detinha a guarda, mas a mãe e a comparsa fugiram com ele do Acre. Elas transformaram a vida do menino num profundo sofrimento, com rotina de torturas físicas e psicológicas, até a covardia final. Foi esfaqueado até a morte — o primeiro golpe, enquanto dormia. As duas o degolaram, ainda vivo, e esquarteraram o corpo. A investigação mostrou que, um ano antes, Rhuan teve o pênis decepado, numa “cirurgia caseira”. Esse foi um dos crimes mais abomináveis da história deste país.

Os programas batizados em homenagem a Rhuan enfocam a violência doméstica porque é em casa que acontece a grande maioria das agressões contra crianças e adolescentes: espancamentos, torturas, humilhações, abusos sexuais, negligências, assassinatos. Os alvos são justamente pessoas que deveriam protegê-los — familiares e parentes —, o que torna mais desafiador o enfrentamento da barbárie.

O caminho para combatê-la passa pelo envolvimento de União, estados, municípios, famílias e cidadãos na definição de ações efetivas. São todos esses atores que têm de fazer valer a determinação da Constituição de assegurar, com “absoluta prioridade”, os direitos de crianças e adolescentes, entre os quais, o de serem colocados “a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Rhuan não teve esse direito.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Exemplos

Há algum tempo, sua irmã Juciane faleceu e, agora, infelizmente a Gildrede Nascimento, diretora do Centro de Artes da Vila Telebrasil também morreu. Somente quem teve a maior sorte do mundo em poder de tê-las conhecido, sabe da grandiosidade de mulheres que foram. Exemplos impecáveis de educação, humanismo, respeito, compaixão. Cada contato com elas era um aprendizado.

» **Daniel Edward**
Brasília

Pragas

Assim como as que assolaram o Egito na Antiguidade, o mundo atual vem enfrentando também suas sete pragas: covid, dengue, aquecimento global, catástrofes climáticas, queimadas, feminicídios e corrupção. Outras pestes poderiam ser incorporadas a essa lista. Lamentável!

» **Maria Luiza D. Machado**
Asa Sul

Venezuela

O *Correio Braziliense* noticia, na primeira página, que Maduro reforça a repressão (28/8). Na verdade, ele está fazendo o que prometeu: um banho de sangue. Desde o dia da eleição, pessoas têm sido presas nas ruas, muitas têm sido sequestradas, outras levadas para o campo de concentração de Tucuyito, os coletivos chavistas têm fuzilado fascistas (oposicionistas) em plena rua ou dentro de suas casas, que são simplesmente invadidas, como tem sido visto pelas redes sociais. Mesmo diante de tudo isso, o Brasil exigiu que a Organização dos Estados Americanos (OEA) não condenasse as violações aos direitos humanos na Venezuela. Essa atitude é uma aceitação tácita à declaração do Tribunal Supremo de Justiça da vitória de Maduro. O mesmo tribunal em seguida proibiu a divulgação das atas de votação e criminalizou a dúvida sobre o suposto resultado. No desagradável regime madurista, que não é ditadura, ou crê ou morre.

» **Roberto Doglia Azambuja**
Asa Sul

Melancolia

Ex-parlamentares, tanto homens quanto mulheres, que não desencarnam nunca, passaram a cultivar mania patética, vexaminosa e melancólica. Vão passear, bater ponto, nos plenários da Câmara e do Senado. Ficam olhando para o teto, esperam ser reconhecidos, saudados dos tempos em que tinham mandato e não faziam nada. Eterna ânsia de aparecer. Tomam café, comem pão de queijo e jogam conversa fora com quem estiver ao lado. Os recintos viram feira e casa da mãe Joana. Muitos deles se tornaram lobistas engomados, com crachá, que os credenciam, oficialmente, a defenderem os interesses mais espúrios. O desafortado e respeitado baiano Antônio Carlos Magalhães, quando era presidente do Senado e do Congresso, não dava moleza para essa gente. Raros se atreviam a contrariá-lo.

» **Vicente Limongi Netto**
Lago Norte

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Brasília passa por um período de seca. Por isso, é preciso ficar atento aos riscos à saúde e manter-se sempre hidratado. Cuide-se.

José R. Pinheiro Filho — Asa Norte

O negacionismo climático é uma cortina de fumaça, fumaça, fumaça...

Franciscarlos Diniz — Asa Norte

Em competições, os atletas são proibidos de manifestações políticas. Após ganhar uma medalha olímpica, política e esporte se misturam.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Depois dessa operação da PCDF e MPDF no IGES, acreditamos que o Ibaneis esteja arrependido de ter criado esse Instituto. Quase seis anos de governo, e a saúde pública não melhora.

Sebastião Machado Aragão — Asa Sul

A qualidade de vida em um país não depende dos políticos, mas das escolhas dos cidadãos na hora votar nas eleições.

Joaquim Honório — Asa Sul

CORREIO BRAZILIENSE

*“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”*
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Valda César
Superintendente de Negócios e Marketing

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
			R\$ 899,88
DF/GO	R\$ 4,00	R\$ 6,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine (61) 3342.1000 – Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anúncio			
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp			
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFE Agência Estado e DA Press. Tel: (61) 3214-1131



DA Press Multimídia
Atendimento pessoal para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br